



AOFA



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

Questões colocadas aos candidatos às eleições para a Presidência da República

Avizinhando-se eleições para a Presidência da República, em que está em causa a eleição do Chefe do Estado, Primeiro Representante da República e **futuro Comandante Supremo das Forças Armadas**, face a tudo o que tem vindo a acontecer aos militares e às Forças Armadas (FFAA), a AOFA considera seu dever, em nome dos superiores interesses do País de que não podem ser desligadas as Forças Armadas e os militares que nelas servem, assumir a defesa de um perfil que se constitua como o mais adequado a um candidato presidencial.

Entende que, de entre outras qualidades de que seja portador, preferencialmente, deverá ser suprapartidário, requisito que a experiência veio demonstrar poder constituir-se como mais-valia para um cargo em que, acima dos interesses de grupo ou de partido, deve, sempre, prevalecer o interesse da Nação como um todo que, juradamente, representa.

Nessa perspectiva considera-se relevante que tal personalidade possua um elevado carácter e afecto humanista, capaz de impulsionar e recuperar os valores e a importância da participação colectiva e do diálogo social, como expressão e contributo do colectivo dos cidadãos na concretização e formação dos seus ideais, orientados para a afirmação, reforço e sucesso da sua identidade. Como figura de bem e expressão duma representatividade transversal, procure com dedicação, entusiasmo e autenticidade a preservação da nossa herança, e se constitua como um estímulo para inverter os falsos pressupostos das inevitabilidades e da inviabilidade de aspirar a uma ordem e a um futuro diferente e emancipado, assumidos por directórios atuantes, formados ilegitimamente porque se dispensam ao referendo e ao sufrágio e consequentemente à avaliação dos povos e das nações.

O reconhecimento das virtudes, mais do que expresso por palavras, assume-se numa atuação consequente e sentida por todos, tomando-se como exemplo e contributo para o significado de confiança, esperança e optimismo, de lealdade, fidelidade, rigor, equidade e respeito pelas leis e escolhas do colectivo, em confronto com o distanciamento resultante de um envelhecido e desactualizado modelo de representatividade, transformado num veículo da promoção de interesses individuais, cego, surdo e mudo aos princípios fundamentais.

Como Associação de Militares:

- Não podendo ficar indiferentes à situação a que o País tem sido conduzido em muitos das vertentes que o identificam como tal, nomeadamente a alienação de muitos dos instrumentos que o capacitam a gerir o seu próprio destino e o das suas gentes;
- Cientes de que se impõe a escolha de uma personalidade estimada, altruísta e eclética, de trato e relacionamento fácil, com elevada maturidade, honestidade e humildade, que se comprometa em tudo fazer que esteja ao seu alcance no sentido de motivar os valores da

- liberdade e promover a coesão entre os portugueses, desbaratada em tempos mais recentes;
- Considerando ainda que para a prossecução de tal desiderato, se impõe um espírito verdadeiramente democrático capaz de se abrir à sociedade auscultando Organizações representativas, nomeadamente, no âmbito militar, as Associações Profissionais de Militares, de modo a perceberem perspectivas complementares às dos Decisores e das Chefias Militares, motivando os valores da Liberdade;

No exercício de postura cidadã e também porque está em causa uma personalidade que será o futuro “Comandante Supremo das Forças Armadas”, sem esquecer a relevância de que se reveste a Coesão Nacional em termos de Defesa Nacional, consideramos que o candidato que venha a ocupar o mais relevante cargo representativo da Nação, deverá ter como suas principais preocupações a reversão de importantes aspetos designadamente no que se refere:

- À acentuada perda de Soberania;
- À descaracterização e conseqüente fragilização das Forças Armadas, pilar fundamental do Estado como garante da Soberania e independência do País;
- À descaracterização do Estatuto da Condição Militar;
- À acentuada degradação da qualidade de sectores fundamentais do Estado, como sejam a Justiça, a Educação, a Saúde e a Cultura;
- Ao crescimento exponencial da dívida pública, hipotecando o futuro do País;
- À destruição de uma parte significativa de áreas produtivas estratégicas e ao condicionamento de medidas estruturantes, inviabilizadas pelo impedimento de escolhas e opções alternativas por parte de interesses sem rosto, referências ou valores colectivos;
- Ao desemprego massivo dos trabalhadores, de entre os quais os mais velhos ficam sem qualquer esperança de inverter a situação e os mais jovens, particularmente atingidos pela situação, são forçados a emigrar em larga escala;
- À extorsão de remunerações/salários e pensões, em flagrante falta de equidade com a protecção e benefícios concedidos a grupos e empresas, ao mesmo tempo que se verifica um exponencial crescimento das desigualdades sociais;
- Ao empobrecimento generalizado da população, com efeitos devastadores nas camadas mais idosas, mesmo em termos da simples sobrevivência, situação agravada pela degradação progressiva no acesso e assistência na saúde;
- Ao desinvestimento na investigação e na cultura;
- À fragilização do modelo de educação e instabilidade permanente no leccionamento e na aprendizagem;
- À dificuldade no acesso à justiça;
- Ao galopante enfraquecimento demográfico do País;

- Ao crescimento grave da percepção da corrupção e perda de valores morais, éticos e democráticos da sociedade.


Tendo em vista elucidar os associados da AOFA, relativamente às propostas que os diversos candidatos às Eleições Presidenciais apresentam, solicitamos as seguintes informações e intenções, nos termos decorrentes do programa da sua candidatura:

- A defesa da Constituição, do Regime Democrático e do Estado de Direito;
- A defesa dos Valores da Coesão Nacional, Morais e Éticos na vida pública;
- A defesa da Soberania e dos Activos Estratégicos essenciais;
- A defesa e consolidação da importância das Forças Armadas e da sua relevância.

Neste âmbito, o compromisso de incluir a audição das Associações Profissionais de Militares entendidas como Organizações que poderão dar o seu contributo para o prestígio e dignificação das Forças Armadas e dos militares que nelas servem;

Ainda neste contexto, a assunção da importância e defesa do Estatuto da Condição Militar, essencial para garantir e preservar a Confiança, Moral, Coesão e Disciplina dos Militares bem como da Segurança da “Família Militar”, visando constituir-se como um catalisador do reconhecimento, interesse e importância verdadeira da sua missão e entrega a Portugal e aos Portugueses.

Oeiras, 30 de Julho de 2015



Manuel Martins Pereira Cracel/Coronel/Presidente da AOFA